



1205 443/2017

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

**REUNIÃO DE MESA DIRETORA, REUNIÕES DE COMISSÕES
PERMANENTES E XLVIII SESSÃO ORDINÁRIA DO
PARLAMENTO DO MERCOSUL - MONTEVIDÉU - URUGUAI
26 de junho de 2017**

No dia 26 de junho de 2017, segunda-feira, em Montevidéu, Uruguai, realizaram-se a XLVIII Sessão Ordinária, bem como as Reuniões de Mesa Diretora e Comissões Permanentes do Parlamento do Mercosul.

Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra e Senadores Humberto Costa e Roberto Requião e Deputados Arlindo Chinaglia, atual Presidente do Parlamento do Mercosul; Aureo; Benedita da Silva; Celso Russomano; Dilceu Sperafico; Heráclito Fortes; Hugo Leal; Jean Wyllys; José Stédile; Rômulo Gouveia; Remídio Monai; Renato Molling; Roberto Freire; Rocha e Sâguas Moraes.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dia 25 de junho (domingo)

Chegada da Delegação a Montevidéu

Dia 26 de junho (segunda-feira):

8h30 - REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES:

As reuniões das comissões permanentes do Parlamento tiveram início às 8h30, no Edifício Mercosul, e estenderam-se por toda a manhã. Reuniram-se as seguintes comissões permanentes:

- Assuntos Jurídicos e Institucionais - Deputados Remidio Monai e Roberto Freire;
- Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários - Deputado Renato Molling;



Pág. 1





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA PT** | RN

- Assuntos Internacionais, Interregionais e Planejamento Estratégico - Deputados Aureo e Heráclito Fortes
- Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, Senador Fátima Bezerra, Deputados José Stédile, Benedita da Silva
- Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo - Deputados Rocha e Ságua Moraes
- Cidadania e Direitos Humanos - Senador Humberto Costa e deputados Celso Russomanno e Jean Wyllys
- Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca - Deputado Hugo Leal
- Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social - Deputados Dilceu Sperafico e Rômulo Gouveia

8h30 - REUNIÃO DA MESA DIRETORA

Participação do Presidente brasileiro do Parlasul, Deputado Arlindo Chinaglia, do Presidente da Representação Brasileira, Deputado Celso Russomanno e do Vice-Presidente da Representação Brasileira, Senador Roberto Requião. A reunião teve início às 8h50 com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Temas tratados:

1. O primeiro item considerado foi o pleito dos parlamentares argentinos no sentido de que a Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul intervenha a respeito da cobrança do salário a eles devido pelo governo da Argentina por sua participação no Parlamento do Mercosul. O Presidente sugeriu consulta ao Conselho do Mercado Comum a respeito. O Parlamento da Argentina usa a analogia com o Parlamento Europeu. Outra possibilidade aventada foi o envio de um pedido de opinião consultiva ao Tribunal Permanente de Revisão. Os parlamentares argentinos não possuem qualquer amparo por parte do Estado argentino. Daniel Caggiani diz que seria oportuno que o Parlamento do Mercosul exortasse os países que ainda não realizaram eleições diretas para parlamentar do Mercosul que o façam. Com referência ao ofício proposto pela representação Argentina, o presidente Arlindo Chinaglia diz que a questão é política, não sendo responsabilidade do Parlasul, que não pode admitir uma exceção. Arlindo irá à reunião de cúpula em julho em Mendoza e pretende levar uma carta e também fará menção à questão naquela ocasião. A Mesa Diretora pode





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA PT** | RN

fazer um apelo ao Parlamento Argentino para que reveja a sua posição. O caso dos parlamentares argentinos não é único, pois acontece também aos parlamentares da Venezuela, com a diferença de que estes últimos não foram diretamente eleitos. O representante da Venezuela, Luis Rondon, se solidariza com os parlamentares argentinos e chama a atenção para a informalidade da instituição, uma vez que Saul Ortega não deveria estar presente à reunião da Mesa, já que renunciou à sua condição de Deputado nacional para se candidatar à Assembleia Nacional Constituinte. O Deputado Celso Russomano diz que não existe previsão legal para o pagamento dos parlamentares do Mercosul diretamente eleitos, não havendo orçamento específico para tal, e o Parlamento do Mercosul deveria envidar esforços no sentido de que o problema seja resolvido, para que não seja criado um precedente. O presidente Arlindo diz que passará o caso à Consultoria Jurídica do Parlamento e também abordará o assunto por ocasião da Reunião de Cúpula em Mendoza.

2. A Parlamentar Cecília Britto informa que convocará audiência pública da Comissão de Direitos Humanos em Jujuy, Argentina e solicita o pagamento de diárias devidas pelo Parlamento em virtude de reunião realizada em Caracas.
3. O Deputado Arlindo Chinaglia comunica a designação do Sr José Rogério Carvalho Tomaz Junior para ocupar o cargo de Auxiliar de Seção em substituição ao Sr. Fábio Rodríguez, a partir de 1/06/2017. Este ponto ficou adiado para a próxima reunião.
4. Relatório do Parlamentar Ricardo Canese referente à sua visita à Parlamentar do Mercosul Milagro Sala, presa há 500 dias. Recomenda que o Parlasul emita declaração exigindo a imediata liberação de Milagro Sala; que sejam feitas gestões junto aos parlamentos nacionais no sentido de que estes condenem a sua prisão; e que a Comissão de Direitos Humanos do Parlasul vá até Jujuy e realize gestões junto à Justiça Argentina sobre o assunto.
5. Denúncia referente ao incidente ocorrido na zona fronteira entre a República do Chile e o Estado Plurinacional de Bolívia em 19 de março próximo passado que causou a detenção de 9 funcionários bolivianos, recolhidos à prisão de Alto Hospício - Iquique, República do Chile. O tema deverá ser levado à Comissão de Direitos Humanos, que poderá servir como mediadora. Há um contencioso entre o Chile e a Bolívia sobre a questão da utilização de saída para o mar pela Bolívia na Corte de Haia. O Presidente Arlindo Chinaglia propõe que o Parlamento produza um texto que poderá ser aprovado em Plenário, conforme a solicitação da delegação boliviana. O Deputado Celso Russomano lembra tratar-se a questão de contencioso antigo, que data de 1904, ocasião em que se celebrou Tratado de Paz entre Bolívia e Chile que selou a chamada Guerra do Pacífico entre os dois países e que assegura o trânsito de pessoas e bens bolivianos por território chileno em direção ao litoral.
6. O presidente da Representação Brasileira, Celso Russomano, comunica mudanças na composição das comissões do Parlasul no que diz respeito aos representantes brasileiros nas mesmas.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

7. A reunião passa a ser fechada para tratamento de temas internos, relativos a contratação de funcionários venezuelanos para o Parlamento do Mercosul.

A reunião encerrou-se às 12 horas.

12h17 - XLVIII SESSÃO ORDINÁRIA

Iniciados os trabalhos, é aprovada a ata da reunião anterior.

A eleição do Vice-Presidente da Representação Argentina é adiada para a próxima sessão ordinária.

Foi feita a leitura dos Assuntos Entrados distribuídos às comissões.

No Tema Livre, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares brasileiros: Deputado Rocha, para denunciar violações de direitos humanos pelo governo venezuelano; Senadora Fátima Bezerra, sobre retrocessos na educação brasileira. A senadora repudiou os duros ataques que a educação brasileira vem sofrendo por parte do governo do presidente Michel Temer. A senadora Fátima registrou que a portaria nº 577, de 27 de abril de 2017, do Ministério da Educação, alterou a composição do Fórum Nacional de Educação (FNE), excluindo entidades da sociedade civil e aumentando a bancada governamental. Na mesma data, decreto presidencial prejudicou ainda mais a realização da Conferência Nacional de Educação, que já vinha sofrendo com a falta de orçamento e estrutura desde que o atual governo tomou posse. Para a senadora Fátima Bezerra, a gestão do MEC tem tratado o Fórum com desprezo e desrespeito. Segundo ela, “desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, nós temos visto constantes ataques contra a educação brasileira. Tivemos a aprovação da emenda 95, que congela os gastos sociais e afetará duramente a nossa educação nos próximos 20 anos e outros, como a contrarreforma do Ensino Médio. Agora, mais esse ataque à educação”.

Fátima lembrou que o Fórum Nacional de Educação havia sido aprovado na Conferência Nacional de Educação (Conae 2010) e instituído por lei, no Plano Nacional de Educação, como um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, fruto de reivindicação histórica da comunidade educacional.

A ação arbitrária do governo, de alterar significativamente a identidade do FNE, foi respondida imediatamente pelas entidades de educação: representantes de mais de 20 instituições renunciaram a seus mandatos e foi criado o Fórum Nacional Popular de Educação, com o lançamento também da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape).





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

Fátima ainda se solidarizou com as entidades educacionais brasileiras que lutam pela educação pública e entregou, durante a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlasul, o manifesto de lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação, que está logo em seguida traduzido para o espanhol, na íntegra:

“Conferencia Nacional Popular de Educación Manifiesto en favor de la democracia y la educación transformadora

El amplio y democrático proceso de participación de la sociedad civil en la realización de la 2ª Conferencia Nacional de Educación (Conae / 2014), desde sus etapas preparatorias realizadas en los municipios, estados y en el Distrito Federal, contribuyó de manera innegable para consolidar el avance de las políticas de educación, notablemente para el establecimiento del Plan Nacional de Educación (PNE) 2014/2024 y para la elaboración o adecuación de los planes estatales / distrital y municipales de educación correspondientes, así como para su implementación y evaluación.

Eso es lo que atestigua el documento final resultante de las deliberaciones de la conferencia, material que desde entonces se ha constituido en el principal subsidio para el proceso de movilización y el debate permanente entre educadores y entidades de la sociedad civil organizada comprometida con la educación. Compromiso que pasaba no sólo por la implementación y evaluación del PNE y los correspondientes planes decenales discutidos y/o aprobados por las cámaras municipales y asambleas legislativas en todo el país, sino también por la articulación del Sistema Nacional de Educación.

La perspectiva de ese pacto social firmado entre la sociedad civil organizada y el Estado es que un proyecto de desarrollo nacional sostenible y soberano de Brasil no prescinde – por el contrario, necesita – de una educación verdaderamente democrática, la cual sólo se asegura a través del fortalecimiento de la educación pública, gratuita, inclusiva, laica y de calidad y, por otro lado, de la reglamentación de la educación privada, con la exigencia del cumplimiento del papel del Estado en el control, regulación, acreditación y evaluación de la educación, con las debidas referencias sociales .

Ese pacto se rompió por la aplicación de las políticas ilegítimas de Michel Temer. Rompido por la entrega del pre-sal – cuyos royalties serían destinados a la educación –, a los intereses extranjeros y por la Enmienda Constitucional 95, que, al congelar por 20 años las inversiones en políticas públicas en el país, **inviabilizó por completo el cumplimiento de las directrices y metas del PNE**, incluyendo la más conocida de ellas: el destino del 10% del Producto Interno Bruto (PIB) brasileño para la educación. Rompido por la suspensión de





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA PT** | RN

programas y políticas de acceso que afectan la garantía constitucional de universalización de la educación básica y expansión de la educación superior. Rompido por la reforma de la enseñanza media hecha arbitrariamente vía medida provisional, sin discusión con educadores y entidades del campo educativo, y que hace que esta etapa de la educación básica sea aún más excluyente, rebajando la formación y visando el desmanche y la privatización de la escuela pública. Rompido por la aprobación de la ley de la tercerización, incluso para las actividades finales, lo que lleva a eliminación de los derechos de los trabajadores, la rebaja salarial, la pérdida de derechos sociales, la reducción de la representación sindical, sin contar el grave perjuicio a la calidad de la enseñanza y al proyecto pedagógico de las instituciones. Rompido por la lenidad - o, de hecho, connivencia del Poder Ejecutivo - con intentos explícitos y espurios de censura y criminalización del magisterio, como la simbolizada por la parcialidad del movimiento Escuela Sin Partido y sus propuestas de implementación de leyes de la mordaza en todo el país. Rompido por la composición del Consejo Nacional de Educación y por la injerencia y recomposición del Foro Nacional de Educación - apartando de ellos entidades históricas del campo de la educación y apertura de los órganos al interés del capital privado - y por la intención del Ministerio de Educación de inviabilizar la realización de una Conae / 2018 en los moldes democráticos y con amplia participación social.

En este escenario, que demanda fuerte contraposición, que se moviliza esta Conferencia Nacional Popular de Educación (Conape), como instrumento de resistencia en defensa de los avances y de los espacios de interlocución conquistados después de décadas de mucha lucha y que ahora están siendo destruidos y/o usurpados por el actual golpe político, al que no interesa el fortalecimiento de una educación pública, laica, democrática, inclusiva, crítica y de calidad socialmente referenciada.

Sin la reflexión sobre una concepción pedagógica crítica, el enfrentamiento de las políticas ilegítimas de este gobierno y la construcción del Sistema Nacional de Educación, con fortalecimiento de la escuela pública y regulación de la enseñanza privada, no hay proyecto democrático de educación. Para eso, el movimiento educativo necesita mostrar que el desarrollo de la educación no se da sólo en el ámbito de la lucha educativa, sino también en el enfrentamiento a la exclusión, a la concentración de ingresos y las disparidades regionales y sociales, consecuencias de una noción de desarrollo basada en el consumo, lo que agrava la desigualdad ya la que el combate exige acciones políticas y sociales articuladas.



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA PT | RN**

Así, esta Conferencia Nacional Popular de Educación es una convocatoria a la reanudación de la democracia en el país y de las voces de la sociedad civil organizada por medio de los movimientos sociales y de las entidades educativas; Una reafirmación del compromiso con una educación verdaderamente transformadora. Brasil, 20 de junio de 2017. Conferencia Nacional Popular de Educación – Conape”

Ainda durante a Sessão, o Deputado Roberto Freire, sobre resistência às ditaduras no Cone Sul que viabilizaram a criação do Mercosul e a omissão em relação a governos ditatoriais atuais na região e Senador Humberto Costa, que lembrou a ocorrência do que chama de “golpe parlamentar” no Brasil e da provável denúncia do Presidente Temer por corrupção pelo Ministério Público.

O Presidente pede ao Secretário Parlamentar que leia o art. 162 do Regimento Interno sobre credenciais dos membros do Parlasul, uma vez que membros da Representação da Venezuela teriam renunciado ao mandato no Parlamento Nacional para concorrerem às eleições para a Assembleia Constituinte. Posteriormente o Presidente da Assembleia Nacional envia carta ao Parlasul atestando a renúncia dos referidos parlamentares.

ORDEM DO DIA**Matérias aprovadas:**

1. Proposta de Recomendação ao Conselho do Mercado Comum para que inste ao Governo da Venezuela para que cumpra efetivamente os documentos e instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos dos quais é signatário.
2. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao Conselho do Mercado Comum propiciar a criação de uma comissão de estudo, impulso, propostas e seguimento nas localidades fronteiriças.
3. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao Grupo Mercado Comum aderir a um programa coordenado de ações, destinadas a melhorar a competitividade, com ênfase nas pequena e médias empresas, denominado Global Pymes.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **FÁTIMA BEZERRA** PT | RN

4. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda aos Estados Partes efetuar gestões pertinentes ante as Chancelarias da República Argentina e da República Federativa do Brasil a fim de habilitar a livre circulação durante as 24 horas do dia na ponte que une a localidade de Comandante Andresito, Província de Misiones, República Argentina, e a localidade de Capanema, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil e na ponte que une a localidade San Antonio, Província de Misiones, República Argentina e a localidade de San Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil.
5. Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do Mercosul declara sua rejeição e consequente reclamação ao Governo da Nicarágua pela violação das normas internacionais vigentes que regem as imunidades dos representantes de parlamentos nacionais e regionais e as que protegem os direitos humanos fundamentais.
6. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda uniformizar as legislações internas dos países do Mercosul para adotar um critério comum no tocante à tipificação das formas de abuso e maus tratos de idosos.
7. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda que o Conselho do Mercado Comum retome o estudo, consideração e aprovação do Projeto de Norma 02/2010 "Protocolo Constitutivo da Corte de Justiça do Mercosul". A sessão plenária encerrou-se às 16h20.

27 de junho (terça-feira)

Regresso da delegação de parlamentares à Brasília – apoio na saída dos parlamentares para o Aeroporto Internacional de Carrasco.

Brasília (DF), 5 de julho de 2017.

**MARIA DE
FATIMA
BEZERRA**

Senadora FÁTIMA BEZERRA

Assinado de forma digital por
MARIA DE FATIMA BEZERRA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa
Física A3, ou=ARSERPRO,
ou=Autoridade Certificadora
SERPROACF, cn=MARIA DE FATIMA
BEZERRA
Dados: 2017.07.06 15:52:44 -03'00'

